

Ministério das Finanças e da Administração Pública



**ACTUALIZAÇÃO ANUAL DO
PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO:**

PRINCIPAIS LINHAS DE ORIENTAÇÃO

11 de Março de 2011

No actual quadro de incerteza e dificuldades financeiras urge definir as linhas de orientação para 2011-2013, como forma de reiterar o empenhamento do Governo Português para fazer face aos principais desafios:

- ✓ Consolidação das finanças públicas
- ✓ Promoção do crescimento económico e correcção dos desequilíbrios macroeconómicos
- ✓ Estabilização do sector financeiro e melhoria das condições de financiamento da economia portuguesa

Assim, o Governo assume, no âmbito da actualização anual do Programa de Estabilidade e Crescimento, o compromisso de:

1 - Assegurar a trajectória anunciada em Maio de 2010, em termos de ajustamento orçamental

- Trajectória descendente do rácio de dívida pública no PIB a partir de 2013
- Redução do défice: 4,6% do PIB em 2011, 3% em 2012 e 2% em 2013

2 - Prosseguir agenda de reformas estruturais

3 - Reforço e estabilização do sector financeiro

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

- **Implementação em curso** das medidas de consolidação orçamental para 2011 – **ajustamento estrutural do défice em 5,3% do PIB**

Impacto das medidas de consolidação orçamental em 2011	% PIB
Redução de Despesa	3,5
Aumento de Receita	1,8
do qual: Medidas implementadas em 2010	0,8

- Reforço dos mecanismos de **monitorização e controlo intra-anual da execução orçamental**: divulgação de metas trimestrais e acção correctiva perante desvios
- **Reforço das medidas** de consolidação adoptadas **como precaução adicional** face aos riscos resultantes da volatilidade do contexto financeiro e económico e como garantia do alcance das metas orçamentais exigentes

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Reforço em 2011 das medidas de consolidação como precaução acrescida: aprox. **0,8 % do PIB**

- **Saúde:** poupanças adicionais com custos administrativos e operacionais
- **SEE:** reduções adicionais de custos e apresentação de tectos máximos de despesa ao nível de cada empresa até final de Março
- **Transferências para outros sub-sectores da Administração:** redução adicional em 10% com despesas operacionais e custos administrativos de SFA e redução adicional de transferências para outros sectores
- **Benefícios e contribuições sociais:** redução adicional da despesa com prestações sociais e aumento das contribuições sociais, através do reforço da inspecção e da contribuição obrigatória de estagiários
- **Despesas e receitas de capital:** redução adicional através da recalendarização de projectos (ex. infra-estruturas rodoviárias e escolas) e aumento de receitas através de mais concessões e alienação de imóveis

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

O esforço de consolidação e monitorização em curso, agora complementado com medidas adicionais em 2011...

- Confere uma margem de segurança adicional para o alcance da meta de 4,6% do PIB para o défice em 2011
- Contribui para o ajustamento da trajectória orçamental em 2012 e 2013

...terá de ser complementado por medidas nos anos seguintes, atenta a exigência das metas assumidas.

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Medidas de redução da despesa: 2,4% do PIB (1,6% em 2012 e 0,8% em 2013)

- ✓ Congelamento dos salários no sector público
- ✓ Congelamento do IAS e suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões
- ✓ Contribuição especial aplicável a todas as pensões (com impactos semelhantes à redução dos salários da Administração Pública)
- ✓ Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde, aprofundamento da racionalização da rede escolar, aumento da eficiência no aprovisionamento e outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública
- ✓ Redução da despesa com benefícios sociais de natureza não contributiva
- ✓ Redução de custos no SEE e SFA: revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimento e custos operacionais
- ✓ Redução de transferências para autarquias e regiões autónomas
- ✓ Redução da despesa de capital

1 - Assegurar o ajustamento orçamental

Medidas de aumento da receita: 1,3% do PIB (0,9% em 2012 e 0,4% em 2013)

- ✓ Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC
- ✓ Racionalização da estrutura de taxas do IVA
- ✓ Actualização dos impostos específicos sobre o consumo
- ✓ Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho
- ✓ Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos

Assim, o impacto estimado das medidas adicionais de consolidação em 2012 e 2013 é de 3,7% do PIB (2,4% via despesa e 1,3% via receita).

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Em paralelo com acções de consolidação orçamental, o Governo está a levar a cabo com sucesso reformas que vão ao encontro de fraquezas estruturais da economia portuguesa...

- Reformas no sistema educativo, com melhoria do sucesso escolar e qualificações da população activa
- Reformas no sistema de científico e tecnológico, com reflexo positivo no perfil competitivo da economia portuguesa
- Reformas laborais, com aumento da flexibilidade e adaptabilidade
- Reformas no domínio da energia, com a redução da dependência externa
- Reformas nos serviços públicos, com modernização e melhoria do ambiente de negócios reconhecido internacionalmente

...mas é necessário reforçar essa agenda, aprofundando as reformas no sentido de promover o crescimento económico e corrigir desequilíbrios macroeconómicos

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Compromisso do Governo português em aprofundar as reformas nas seguintes áreas:

- Promoção de poupança interna e redução do endividamento das famílias
- Mercado de trabalho
- Sistema judicial:
- Mercado de arrendamento e reabilitação urbana
- Energia
- Saúde
- Transportes
- Serviços
- Concorrência

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Promoção de poupança interna e redução do endividamento das famílias

- Reduzir o *gap* entre investimento e poupança interna
- Para além do efeito da consolidação orçamental no aumento da poupança pública, será implementado um conjunto de medidas de promoção da poupança das famílias
- Trabalho conjunto entre o MFAP e o Banco de Portugal:
 - Promoção da educação e literacia financeira, envolvendo todas as entidades públicas e privadas envolvidas e assegurando a coerência de iniciativas na área
 - Facilitar as decisões de poupança, nomeadamente encorajando as poupanças automáticas das famílias
 - Actualizar a atractividade e promover tanto o acesso a produtos de poupança existentes como a oferta de novos produtos
 - Incentivar a disciplina orçamental das famílias e a gestão prudente do endividamento

2 – *Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais*

Mercado de Trabalho

- Revisão das **indenizações por cessação do contrato de trabalho**
 - Redução para novos contratos (de 30 para 10 dias por ano de trabalho, com extra de 10 via mecanismo de financiamento dos empregadores);
 - Eliminação do valor mínimo (3 meses) e introdução de limite máximo de indemnização (12 meses);
 - Avaliação, até final de 2011, dos resultados desta reforma: impacto na segmentação do mercado de trabalho e consideração da aplicação a contratos de trabalho existentes
- Revisão das condições de atribuição do **subsídio de desemprego**
- Optimização dos procedimentos administrativos para **despedimentos** individuais e colectivos, no contexto da reforma do sistema judicial

Sistema Judicial: elemento crítico do ambiente de negócios, com diversas externalidades. Medidas a implementar durante 2011: gestão de tribunais, simplificação de procedimentos, mecanismos de resolução alternativa de litígios e aumento do recurso a TIC.

2 – *Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais*

Mercado de arrendamento e reabilitação urbana: dinamização deste sector como base de estímulo à mobilidade de recursos humanos e à redução do endividamento das famílias (pela substituição de compra de habitação)

- Liberalização do controlo de rendas, simplificação dos procedimentos de expulsão do arrendatário perante incumprimento do contrato e redução de procedimentos administrativos para operações de reabilitação

Energia:

- Liberalização dos preços da energia, assegurando serviço universal a preços razoáveis para consumidores vulneráveis através do *phasing-out* das tarifas reguladas na electricidade e gás, que estará completo até ao início de 2013
- Introdução de alterações à legislação para incentivar os produtores de energia renovável a vender energia no mercado
- Revisão os impostos sobre a energia até 2013 para garantir incentivos adequados ao seu uso racional

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Saúde: pacote de medidas com o objectivo de aumentar a **eficiência** e reduzir os custos no SNS. Prosseguir o esforço de redução de despesa anunciado em Dezembro 2010 (comparticipações, controlo da despesa com medicamentos e MCDT, racionalização da rede de cuidados primários, secundários e outras estruturas) com um aprofundamento da intervenção nesses domínios e redução de despesa com sub-sistemas públicos de saúde.

Transportes: eficiência do sistema contribuindo para **poupanças energéticas** e para a **logística** necessária para o crescimento de exportações. Plano Estratégico com implementação prevista para Abril:

- Racionalização da rede de transportes
- Promoção da eficiência energética e redução dos impactos ambientais do sector
- Melhoria do contributo do sector para a competitividade da economia
- Garantir sustentabilidade financeira das empresas

2 – Prosseguir a Agenda de Reformas Estruturais

Serviços: transposição total da directiva de serviços como forma de melhorar o funcionamento do mercado nos sectores, promover integração de mercados e melhorar a competitividade:

- Alterações à legislação específica nos sectores da construção e turismo finalizada até Maio de 2011
- Liberalização das profissões reguladas finalizada até Setembro de 2011
- Programa Licenciamento zero: eliminação de licenças substituída por reforço de fiscalização entrará em vigor em Abril de 2011

Concorrência: entrada em vigor célere e eficaz das regras de concorrência enquanto elemento crucial do funcionamento dos mercados. Em 2011:

- Estabelecimento de tribunais especializados
- Revisão da lei da concorrência: simplificação, racionalização de condições que determinam abertura de processos, clareza na aplicação da Lei Penal.

3 – *Reforço e estabilização do sector financeiro*

É reconhecido que, no contexto da crise financeira global, o sistema financeiro português resistiu bastante bem....

....porém, é necessário colmatar algumas vulnerabilidades no sentido de melhorar as condições de financiamento da economia portuguesa

...para enfrentar os desafios de reforço e estabilização do sector financeiro levar-se-á a cabo uma estratégia baseada em 4 pilares

1. Encorajar os bancos a reduzir, de forma sustentada, as suas necessidades de financiamento (elaboração de planos individuais de médio prazo até ao final de Abril de 2011)

2. Incentivar os bancos a desenvolver acções que preservem a liquidez do sistema: reforço dos colaterais necessários para o acesso aos mercados de repo privados e, como medida de contingência, para o acesso aos empréstimos do Eurosistema

3 – *Reforço e estabilização do sector financeiro*

... para enfrentar os desafios de reforço e estabilização do sector financeiro levar-se-á a cabo uma estratégia baseada em 4 pilares

3. Continuação da promoção de aumentos de capital dos bancos e reestruturações quando necessárias: preparação, até final de Abril de 2011, de planos de reorganização em cada banco, com calendários e metas relativos à dimensão e composição do balanço, estrutura de capital e eficiência operacional, consistentes com o ajustamento macroeconómico e o processo de consolidação orçamental. O intuito será reforçar rapidamente a base de capital dos bancos, sobretudo atendendo à necessidade de desalavancagem e de recuperação do acesso aos mercados. Estes planos serão avaliados pelo Banco de Portugal até o final de Maio de 2011.

4. Prosseguir com a resolução da situação do BPN de forma transparente quanto às implicações orçamentais e às operações necessárias à sua reestruturação: apresentação, até final de Maio de 2011, de um plano que especificará a calendarização e o processo de reestruturação, com vista ao fim do envolvimento do sector público

Impacto estimado das medidas de consolidação orçamental (% PIB)	2012	2013
Diminuição de Despesa ⁽¹⁾	1,6	0,8
Contribuição especial aplicável a todas as pensões (regras semelhantes à redução dos salários da Administração Pública)	0,25	
Redução de custos com medicamentos e sub-sistemas públicos de saúde	0,3	0,1
Aprofundamento da racionalização da rede escolar e aumento da eficiência no aprovisionamento	0,2	0,1
Outras medidas de controlo de custos operacionais na Administração Pública	0,2	0,1
Redução de benefícios sociais de natureza não contributiva		0,2
Redução de custos no Sector Empresarial do Estado e com Serviços e Fundos Autónomos: revisão das indemnizações compensatórias, dos planos de investimentos e dos custos operacionais	0,35	0,1
Redução da transferência para Autarquias e Regiões Autónomas	0,1	
Redução da despesa de capital	0,2	0,2
Aumento de Receita	0,9	0,4
Revisão e limitação dos benefícios e deduções fiscais, designadamente em sede de IRS e IRC	0,4	0,1
Racionalização da estrutura de taxas do IVA	0,1	0,3
Actualização dos impostos específicos sobre o consumo	0,15	
Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos do trabalho	0,15	
Combate à informalidade e evasão fiscal: controlo de facturas e cruzamento de declarações de volume de negócios com pagamentos automáticos	0,1	
Total	2,5	1,2

(1) Adicionalmente, a suspensão da aplicação das regras de indexação de pensões permite poupança anual de 0,2% do PIB e o congelamento de salários na função pública permite poupança anual de 0,2% do PIB.